

REINSERINDO CLASSIFICAÇÃO NO DEBATE ARQUIVÍSTICO: algumas reflexões

REINSERTING CLASSIFICATION IN THE ARCHIVES DEBATE: some reflections

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt*

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões acerca dos objetivos, importância e termos vinculados à “função classificação”, também denominada “classificação arquivística”. Em perspectiva metodológica partiu-se da pesquisa qualitativa que se apoiou em revisão bibliográfica sobre a classificação em arquivos. Como resultados, constata-se que a Arquivologia necessita aprofundar suas teorias e práticas em classificação, pois ao não situar exatamente em que campo se insere seu trabalho de organização de arquivos e a que tipo de construção de conhecimento serve, incorre no risco de delimitar e exercer uma classificação arquivística arbitrária e subjetiva, incapaz de representar o contexto de produção dos documentos, seus significados e capacidade probatória.

Palavras-chave: Função Classificação; Classificação Arquivística; Contexto de Produção Documental.

ABSTRACT

This article presents reflections on the objectives, importance and terms linked to the “classification function”, also called “archival classification”. From a methodological perspective, we started with qualitative research that is based on a bibliographical review on classification in archives. As a result, it appears that Archival Science needs to deepen its theories and practices in classification, because by not defining exactly which field its work of organizing archives falls into and what type of knowledge construction it serves, it runs the risk of delimiting and exercise an arbitrary and subjective archival classification, incapable of representing the context of production of documents, their meanings and evidentiary capacity.

Keywords: Classification Function; Archival Classification; Context.

INTRODUÇÃO

À “função classificação”, recentemente nominada de “classificação arquivística”, convencionou-se a representação do contexto de produção e acumulação dos documentos de arquivo e o desvelar das relações orgânicas. De acordo com Hart (2015, p. 331), essa classificação é a estruturação lógica dos documentos de uma organização em categorias pré-determinadas que atendem aos seus requisitos de negócios e representam as relações

* Professora | Doutora em Ciência da Informação | E-mail: clarissaschmidt@id.uff.br



entre documentos, arquivos e séries. A Norma ISO 15489 define essa classificação como a “identificação sistemática e/ou configuração de atividades de negócio e/ou documentos de arquivo em categorias de acordo com convenções, métodos e regras estruturadas logicamente”. (ABNT, 2018, p. 2). Como bem colocam Camargo e Goulart (2007, p. 60), ao mencionarem sobre a organização lógica dos arquivos, os documentos podem “evocar ou representar, de modo inequívoco, as circunstâncias e o contexto que justificam sua acumulação e guarda”.

Trata-se de uma classificação vinculada ao âmbito da organização dos documentos de arquivo e que não pode ser estabelecida de forma subjetiva ou arbitrária, uma vez que precisa demonstrar o elo entre o produtor, o documento e as atividades que lhe deram origem. Do mesmo modo, para Eastwood (2000, p. 93) essa organização de documentos “é essencialmente um processo de identificação de relacionamentos, não um processo de ordenação física e armazenamento de documentos”. Já para Cruz Mundet (2001, p. 229), “organizar o fundo de um arquivo consiste em dotá-lo de uma estrutura que reproduza o processo mediante o qual os documentos foram produzidos.” Afinal, todo fundo é resultado de “uma ação administrativa de uma instituição que ao longo de sua história desempenha uma série de funções, para as quais se organiza uma estrutura administrativa, ambas variáveis no tempo”.

Por sua vez, Guercio (2002, p. 439) afirma que a classificação arquivística garante uma acumulação de documentos de forma organizada e coerente, objetivando uma melhor pesquisa e preservação, principalmente como suporte ao desenvolvimento das atividades nas instituições, reforçando a perspectiva que classificação não pretende identificar os temas ou assuntos dos documentos, mas sim o contexto em que foram produzidos e acumulados, além de suas relações orgânicas. Do mesmo modo, Sousa (2007, p. 80), acredita que

à medida que os documentos vão sendo acumulados, estabelecem relações entre si. Eles estão unidos por um elo criado no momento em que são produzidos e recebidos, determinado pela razão de sua elaboração e que é necessário à própria existência e à capacidade de cumprir seu objetivo. Eles são um conjunto indivisível de relações intelectuais.

Assim, ao registrar as ações que lhe dão origem, os documentos passam a poder prová-las, tornando-se presunção de prova. Portanto, entendemos não ser possível



refletir acerca da função classificação se não existir domínio sobre o objeto a ser classificado, isto é, os documentos de arquivo.

Contudo, Heredia Herrera (2013, p. 164, grifos nossos) defende que esta classificação tem por objeto as funções e atividades de uma organização, algo que também faz sentido, pois estabelecemos níveis de contextualização dos documentos que se manifestam em hierarquias das ações (funções e atividades) que respectivamente determinam e originam os documentos; os sistematizamos no instrumento de classificação e, posteriormente, classificamos individualmente os documentos conforme forem sendo produzidos. Como bem coloca Gonçalves (1998, p. 12), trata-se de uma classificação “antes de tudo, lógica: a partir da análise do organismo produtor de documentos de arquivo, são criadas categorias, classes genéricas, que dizem respeito às funções/atividades detectadas”.

Percebe-se, então, ausência de consenso em relação ao objeto a ser classificado na função ora em tela: documentos de arquivo x funções e atividades. Todavia, concordamos com Camargo (2009, p. 28, grifos nossos) quando afirma que

Na teoria arquivística, as definições de arquivo têm enfatizado, (...) a ideia de correlação, ou mesmo de equivalência, entre a atividade, de um lado, e o documento que a viabiliza e comprova, de outro: os documentos de arquivo são a materialização ou corporificação dos fatos; os documentos de arquivo são os próprios fatos; o arquivo é a representação persistente de funções, processos, incidentes, eventos e atividades. Como resultado natural e necessário do processo que lhes deu origem, os documentos de arquivo obedecem a uma lógica puramente instrumental, ligada às demandas imediatas do ente produtor.

Ao considerarmos que o documento de arquivo é a representação persistente das funções e atividades, entendemos que só faz sentido refletir e operacionalizar a função classificação se tivermos este documento como objeto central de análise. Do que adianta classificar funções e atividades se não pelo objetivo de organizar os documentos? A "intervenção arquivística" (Rousseau; Couture, 1998) deve ser junto ao documento, visando conhecer sua origem e os motivos de sua produção.

Além disso, de acordo com Sousa (2007, p. 80, acréscimos nossos), o documento de arquivo “é um artefato humano com pressupostos e características específicas. O ambiente e o conteúdo são delimitados e definidos pelo sujeito acumulador [o produtor,



no caso], que pode ser uma pessoa física ou jurídica”. Estes documentos “representam, mais que tudo, o produto da atividade do sujeito criador” (Sousa, 2014, p. 6).

Reforçando a questão apontada por Sousa, qual seja a vinculação necessária da atividade do produtor com seus documentos, tão cara à Arquivologia e propósito da função classificação, valemo-nos da interessante explicação de Lodolini (1993, p. 173):

ao arquivo se pode comparar a um monumento, em cuja construção não bastam as pedras ou os ladrilhos e talvez os preciosos mármore e baixos relevos dos quais o monumento se compõem: é essencial também, e especialmente, a disposição das pedras em uma certa ordem, isto é, a ideia do projetista que idealizou e construiu aquele monumento. Se nós decomusermos o Coliseu ou a pirâmide de Keops, a Notre Dame de Paris ou a Grande Muralha da China, e organizarmos as pedras que formam estes monumentos em outra ordem qualquer, não teremos o Coliseu, nem a Notre Dame, nem a pirâmide, nem a Grande Muralha, mas simples e amontoados de pedras e, talvez, alguma estátua para conservar em um museu.

Lodolini traz à tona a importância do produtor e suas atividades, a ideia de conjunto e da organicidade para compreensão dos documentos de arquivo. E somado aos elementos apresentados pelo autor, consideramos que a "recomposição", ou melhor, o conhecimento do contexto de produção e acumulação dos documentos, bem como da organicidade do conjunto documental, diferentemente do Coliseu, da Notre Dame ou da Grande Muralha da China, não são visíveis a olho nu, sendo conhecidos a partir da função classificação e sua materialização no plano de classificação. Assim, podemos inferir que a função classificação tem por objetivo a representação do contexto de produção e acumulação dos documentos produzidos por uma instituição ou pessoa, no desenvolvimento de suas funções e atividades. Vale ressaltar que tal finalidade aplica-se tanto aos documentos em suporte físico como em ambientes digitais, seja de pessoas físicas ou jurídicas.

Entretanto, é interessante observar que apesar de muito se falar sobre a função classificação, as pesquisas e reflexões produzidas acerca da temática ainda são insuficientes. Segundo Caravaca, ao longo do século XX, a teoria e a pesquisa arquivística concentraram-se nos arquivos históricos e na descrição arquivística. Com o advento da tecnologia digital mais atenção foi dada à gestão de documentos, mas logo o foco foi redirecionado à preservação digital. Deste modo, ainda de acordo com a autora, atividades



básicas e fundamentais para organizar documentos, tais como classificação e arquivamento, foram deixadas de lado sobrecarregadas por tópicos mais novos e urgentes.

Isso, em parte, explica por que a literatura sobre classificação de documentos é particularmente escassa. Além disso, a construção de instrumentos de classificação, que carece de uma metodologia padronizada, é quase inexplorada no campo arquivístico. (Caravaca, 2017, p. 19).

O mesmo é possível notar nas práticas arquivísticas, sejam elas em instituições públicas ou privadas, nas unidades de arquivo ou nas instituições arquivísticas. O que estamos querendo destacar é uma percepção de que a função classificação é pouco realizada nas instituições, pois comumente os planos de classificação são utilizados com o objetivo de atribuir temporalidade e destinação final aos documentos, uma vez que os instrumentos de gestão são geralmente unificados (leia-se o plano de classificação com a tabela de temporalidade). Significa dizer que além de não haver efetivamente a importância que se deve atribuir à função classificação, muitas vezes elaboram-se instrumentos puramente para seguir o que está na literatura, numa linha de “é necessário classificar porque existe isso na Arquivologia”. Ademais, verifica-se, também, perspectivas que atribuem à ordenação, cujo objetivo principal é a localização dos documentos de arquivo, o papel da classificação.

Na esteira dessa discussão, Barbadillo Alonso (2007, p. 9, grifos nossos) defende que na Arquivologia a classificação faz referência a dois tipos de operações, a saber: “a divisão de um conjunto documental mediante a agrupação de seus elementos em várias classes ou subconjuntos determinados por um ou vários critérios e a atribuição de um elemento a um conjunto ou classe determinado pela divisão anterior”. Afirma ainda que essa classificação não condiciona o arquivamento dos documentos.

O que podemos sustentar a partir da fala dos autores, bem como depreender do universo teórico-prático em arquivos, é que à função classificação atribui-se duas operações, quais sejam a de elaborar o plano de classificação - atividade intelectual - e a de codificar o documento, atividade operacional. Ou seja, a um mesmo termo atribui-se, de forma indiscriminada, dois procedimentos diferentes, algo que certamente contribui para incompreensões acerca desta função. Por mais que ambos os procedimentos sejam relacionados, isto é, à codificação do documento pressupõe a existência do plano de classificação, não é possível afirmar que significam a mesma coisa. Sobre isso, Couture



(2003, p. 18) afirma que no Canadá houve um tempo em que os arquivistas não distinguiam a *classification* (componente intelectual) da *classement* (componente material), mas atualmente a palavra *classification* refere-se à distribuição por classes, por categorias, em uma determinada ordem e um determinado método, enquanto *classement* se refere à ação de classificar. Já de acordo com Sousa (2006, p. 135), os franceses usam *classification* para a definição do grau de sigilo dos documentos e *classement* como sinônimo do *classification* canadense.

Aos moldes do que apresentam Couture (2003) e Sousa (2006), seria importante a Arquivologia brasileira construir termos distintos para cada um destes procedimentos. O primeiro é a elaboração do instrumento de classificação, quando se estabelecem de forma intelectual as divisões do arquivo/fundo, de forma a materializar as funções, atividades e suas respectivas séries documentais, representando o contexto funcional e orgânico de produção dos documentos. Já o segundo procedimento, que depende da existência do instrumento, é a operação de classificar os documentos atribuindo individualmente, a cada documento produzido no dia a dia das insituições, em suas atividades rotineiras, o código¹ de classificação de sua série documental, isto é, o seu "lugar na divisão", ou ainda, a referência que o associa ao seu contexto de produção. São atividades vinculadas e interdependentes, porém não suficientemente idênticas ao ponto de terem a mesma denominação.

De todo modo, a literatura arquivística convencionou à função classificação tanto a atividade intelectual como a operacional. Além disso, também não há muita clareza na nomeação desta função, já que é possível encontrá-la como "classificação arquivística", "classificação de documentos arquivísticos", ou ainda, "classificação de documentos de arquivo".

Para além das reflexões apresentadas, convém destacar as inconsistências no uso dos termos "arranjo" e "classificação", sendo que tal distinção está explícita nos processos para organização de arquivos correntes e permanentes. Nesse sentido, Tessitori (1989, p. 20) entende que "há uma substancial diferença entre essa atividade arquivística nas fases corrente e permanente, que decorre das atribuições específicas de cada uma".

¹ É fundamental estabelecer a diferença entre "código de classificação" e "notação". Ao passo que o primeiro vincula o documento ao seu contexto de produção, a notação pretende a *identificação das unidades de arquivamento, feita através de números, letras ou combinação de números e letras, para permitir sua localização nos depósitos* (Camargo; Bellotto, 1996, p. 55).



Sob outra perspectiva, para Camargo e Bellotto (1996, p.9; p. 16) o arranjo é a “denominação tradicionalmente atribuída à classificação nos arquivos permanentes”, ao passo que a classificação é a “sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam a distribuir os documentos de um arquivo”. Compactuando da mesma opinião, Sousa (2014) acredita que a confusão terminológica entre os termos "classificação" e "arranjo" expõe uma quebra entre arquivos correntes e permanentes que não existe. Trata-se apenas de fases de um mesmo processo, não havendo diferenças em relação aos procedimentos. Já Heredia Herrera (1991), ao justificar uma pretensa preferência da Arquivologia por "arranjo", explica que a resistência ao uso do termo "classificação" na área é resultado de sua busca por autonomia enquanto produtora de conhecimento, pois inicialmente era fundamental se diferenciar das práticas da Biblioteconomia.

Assim, observa-se que por muito tempo os elementos que distinguem o "arranjo" e a "classificação" ultrapassavam questões de cunho terminológico e envolviam a aplicação de distintos procedimentos, o que significa dizer os princípios do arranjo para os arquivos considerados permanentes e os princípios de classificação para os correntes (Schellenberg, 2002; Schmidt, 2021).

Entretanto, a consolidação dos instrumentos de classificação inseridos em contextos de gestão de documentos alterou significativamente a perspectiva da classificação dos arquivos correntes. De modelos baseados em métodos de arquivamento, passa-se a considerar os princípios arquivísticos e as ações que originam os documentos, ou seja, utiliza-se de maneira síncrona tanto os princípios de arranjo como os da classificação. Porém, isso acarretou diferentes critérios para a elaboração destes instrumentos, revelando outras contradições à classificação arquivística.

Alguns destes contrastes podem ser observados no estabelecimento dos níveis de contextualização que se manifestam em esquemas hierárquicos nos instrumentos, como por exemplo:

- classe/subclasse/grupo/subgrupo;
- classe/subclasse/seção/subseção;
- fundo/seção/subseção/série/subsérie;
- grupo/subgrupo/função/subfunção/atividade;
- função/subfunção/atividade;



- função/atividade/transação (ato);
- competência/função/atividade.

Esse cenário não retrata divergências puramente terminológicas, mas também a ausência de consenso sobre os métodos utilizados para determinar os agrupamentos dos documentos e a divisão interna dos fundos/arquivos, tais como a quantidade de níveis de aplicação do princípio da proveniência e a escolha entre os métodos funcional, estrutural ou por assunto.

Para além deste descompasso entre os critérios utilizados para formar as categorias, os níveis de classificação e o agrupamento dos documentos em instrumentos de classificação, tem-se o fato da classificação dos arquivos correntes, realizada através dos instrumentos de classificação, não ser "mantida" ou "vislumbrada" nos instrumentos de pesquisa dos arquivos permanentes, possivelmente por uma ausência de diálogo entre a operacionalização das funções classificação e descrição.

Portanto, ressaltamos que hoje a questão não está apenas focada nas diferenças entre arranjo ou classificação, ou ainda, na existência de instrumentos de classificação específicos para a etapa da produção documental e outro para a fase permanente. Atualmente as dificuldades também se localizam nas formas de compreensão das proveniências funcional e estrutural (ou orgânica), isto é, dos elementos contextuais, bem como em como proceder a classificação arquivística em ambientes digitais. Nestes ambientes, a lógica da produção documental precisa ser documentada e representada tendo em vista que a proximidade física não existe mais, o agrupamento físico dos documentos de um mesmo conjunto já não é mais importante como "na época dos arranjos". O arquivamento não é pautado na reunião dos documentos e quem fará essa junção serão os bancos de dados, sendo o contexto de produção documental o elemento de coesão nesse cenário.

À vista disso, Foscarini (2006, p.195) aponta que

o que torna a classificação uma ferramenta crucial no ambiente digital é principalmente o fato dela fornecer informações essenciais na forma de metadados sobre o contexto de produção e uso de documentos, informações que de outra forma seriam inatingíveis.

Deste modo, acreditamos que em relação à elaboração dos instrumentos de gestão, a classificação arquivística não muda no que diz respeito aos documentos digitais. A



mesma perspectiva atribuímos à codificação dos documentos, ou seja, a aplicação do instrumento de classificação, já que esse código pode ser inserido nos metadados dos documentos de arquivo, tornando possível seu vínculo com o contexto de origem e com os documentos resultantes da mesma atividade, isto é, da mesma série. O que muda nesse ambiente digital é a forma como os documentos serão agrupados, arquivados e disponibilizados para o usuário, daí a importância de explorarmos a classificação no nível do documento, por nós entendida como a classificação no patamar do tipo documental. O instrumento de classificação que coaduna em sua elaboração os métodos estrutural e funcional, e chega no patamar do tipo documental², potencializa a capacidade de acesso e uso dos documentos, permitindo que o conteúdo informacional seja recuperado de forma solidária ao contexto de produção documental.

Na mesma linha, Yeo (2014) afirma que a problemática dos agrupamentos, ou ainda da ordem original, pode ser resolvida se forem construídas ordens digitais pautadas no item documental, e argumenta:

[...] os arquivistas terão que aceitar o item, não o fundo ou série, como o nível paradigmático de controle. [...] os usuários ainda precisarão de informações contextuais que lhes permitam entender como os documentos no nível do item foram originados, mantidos e usados no passado (Yeo, 2014, p. 176).

Outrossim, para Bak (2012) a organização de documentos em agregações múltiplas e temporárias, determinadas por metadados no nível do item documental, poderia transformar os sistemas e as práticas da gestão de documentos. Para o autor, o usuário poderia criar seus próprios agrupamentos a partir de diversos elementos, como por exemplo o assunto dos documentos. Parece-nos uma abordagem interessante conquanto o contexto de produção documental seja mantido intacto.

Neste percurso, a centralidade da classificação arquivística passa a ser pautada na compreensão do contexto de produção documental, e o respeito à origem do documento continua protagonista, só que agora de maneira mais ampliada. Essa origem deve ser tanto de proveniência estrutural ou orgânica (produtor) como funcional (ações e procedimentos), pois, conforme já discutimos, a essa classificação cabe a representação

² Entendemos por tipo documental a *configuração que assume a espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou* (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 74).



deste contexto de forma que seja possível entender e estabilizar o significado do documento ao longo do tempo, conhecer sua força probatória e as maneiras pelas quais foi produzido e acumulado.

Diante disso, cada vez mais a organização de arquivos, sejam físicos ou digitais, deve começar na produção documental e se constituir enquanto um sistema que ao mesmo tempo vincula e relaciona as funções arquivísticas classificação, avaliação e descrição. Contudo, sabemos que ainda nos deparamos com muitas dúvidas e incertezas quanto à elaboração dos instrumentos decorrentes destas funções. Outrossim, sabe-se que muitas vezes estes instrumentos são inteligíveis apenas para os arquivistas, dificultando sua interpretação pelos próprios produtores dos documentos e demais pesquisadores.

Por sua vez, outros elementos que resultam da prática em analisar e classificar documentos de arquivo deveriam ser contemplados nestes instrumentos, favorecendo não apenas o entendimento do significado do documento em seu contexto como também sua gestão e acesso. Alguns exemplos são o suporte, o gênero, formato, métodos de ordenação e arquivamento, além da classificação da natureza do assunto com seus níveis de sigilo, informação e dados pessoais.

Nosso entendimento é que a Arquivologia se depara com um novo cenário social e tecnológico onde a compreensão e o controle do contexto de origem dos documentos e informações se tornou mais imperioso, devendo, portanto, lograr seu espaço enquanto produtora de um conhecimento capaz de representar e circunscrever estes contextos. Logo, sendo a função classificação uma das peças chave nesta perspectiva, precisamos repensar nossos parâmetros nesse sentido. É primordial avançarmos nas discussões teóricas, operacionais, tecnológicas e terminológicas e estabelecermos critérios consistentes que, aliados aos já consolidados princípios arquivísticos, permitam-nos conhecer o conjunto de elementos que determinam a produção dos documentos de arquivo bem como representar seu significado e sua capacidade probatória. Vale ressaltar que de forma alguma estamos negando ou criticando o conhecimento sobre classificação já constituído, pois somente por existirem é possível estarmos falando em avanços, mas sim, que atualmente faz-se necessário ampliarmos nossas abordagens para respondermos com mais precisão como devem ser os níveis de contextualização dos documentos, bem como quem produziu o documento, como, quando, por que e para quê.



REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR ISO 15489-1– **Informação e documentação – Gestão de documentos de arquivo – Parte 1: Conceitos e princípios**. Rio de Janeiro: 2018.
- BAK, Greg. Continuous classification: capturing dynamic relationships among information resources. **Arch Sci**, v.12, p. 287–318, 2012.
- BARBADILLO ALONSO, Javier. Apuntes de clasificación archivística. Legajos. **Cuadernos de investigación archivística y gestión documental**. Publicación del Archivo Municipal de Priego de Córdoba, n. 10, p. 27 – 50, 2007.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: IFHC, 2007.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 26-39, jul./dez. 2009.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura. 1996.
- CARAVACA, Maria. Mata. *Elements and Relationships within a records classification scheme*. **JLIS.it**, v. 8, n. 2, p. 18-33, maio, 2017. Disponível em: <https://www.jlis.it/article/view/12374>.
- COUTURE, Carol et al. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2003.
- CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de Archivística**. Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Madrid: 2001.
- EASTWOOD, Terry. Putting the Parts of the Whole Together: Systematic Arrangement of Archives. **Archivaria**, n.50, jan., p. 93-116, 2000.
- FOSCARINI, Fiorella. Records classification and functions: an archival perspective. **Knowledge Organization**, v. 33, n. 4, p. 188-198, 2006.
- GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto como fazer; v. 2). Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf2.pdf. Acesso em 20 set. 2018.
- GUERCIO, Maria. Records classification and content management: old functions and new requirements in the legislation and standards for electronic record-keeping systems. *In: PROCEEDINGS OF THE DLMFORUM*, Barcelona, p. 432-42, 2002.



HART, Susan. Records classification. *In: Duranti, Luciana; Franks, Patricia. Encyclopedia of archival Science*. Lanham: Rowman&Littlefield,. 2015.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general: teoría y práctica**. Sevilla: Diputación Provincial, 1991.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Manual de archivística básica**. Gestión y sistemas. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2013.

LODOLINI, Elio. **Archivística: principios y problemas**. Madrid: Anabad. 1993.

ROUSSEAU, Jean-Yves Rousseau; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. Diálogo sobre a classificação de documentos de arquivo. *In: Arquivo, documento e informação em cenários híbridos: anais do Simpósio Internacional de Arquivos. Anais...Sao Paulo(SP) Eventus*, 8, 2021.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. O que classificamos em arquivos? *In: Boletins SAUSP*. DOC, maio/jun. 2022. Disponível em: <https://sites.usp.br/arquivogeral/boletins/>. Acesso em: dez.2023.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **A construção do objeto científico na trajetória histórico epistemológica da Arquivologia**. São Paulo: ARQ-SP, 2015. 288 p. (Thesis, 3).

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A Classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. *In: INNARELLI, Humberto.; SANTOS, Vanderlei Batista ; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Archivística*. Temas contemporâneos. Brasília: SENAC, 2007.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. Alguns apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 8, n. 1, p.1-24, jan. 2014.

TESSITORE, Viviane. Arranjo: estrutura ou função? **Arquivo: boletim histórico e informativo**, São Paulo, v.10, n. 1, p.19-28, jan.jun.1989.

YEO, Geoffrey. Contexts, Original Orders, and Item-Level Orientation: Responding Creatively to Users' Needs and Technological Change, **Journal of Archival Organization**, 2014, 12:3-4, 170-185.

